



<b>Processo nº</b>	11543.003589/2010-67
<b>Recurso</b>	Voluntário
<b>Acórdão nº</b>	<b>2301-010.226 – 2<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 3<sup>a</sup> Câmara / 1<sup>a</sup> Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	2 de fevereiro de 2023
<b>Recorrente</b>	CIBELE ESMERALDA BIONDI FERREIRA
<b>Interessado</b>	FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA (IRPF)**

Ano-calendário: 2008

NULIDADE DO LANÇAMENTO. INEXISTÊNCIA.

Não cabe o acolhimento da arguição nulidade do lançamento quando este preenche todos os requisitos legais e não se verifica nenhuma das hipóteses previstas no art. 59 do Decreto nº 70.235/72.

RENDIMENTOS RECEBIDOS A TÍTULO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA. IMPOSTO DE RENDA. NÃO INCIDÊNCIA. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - ADI N° 5422.

Não incide imposto de renda sobre valores decorrentes do direito de família percebidos pelos alimentados a título de alimentos ou de pensões alimentícias.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em rejeitar a preliminar e dar provimento ao Recurso Voluntário.

(documento assinado digitalmente)

João Maurício Vital - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Mônica Renata Mello Ferreira Stoll - Relatora

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Mônica Renata Mello Ferreira Stoll, Wesley Rocha, Flavia Lilian Selmer Dias, Fernanda Melo Leal, Alfredo Jorge Madeira Rosa, Mauricio Dalri Timm do Valle, Thiago Buschinelli Sorrentino (suplente convocado) e João Mauricio Vital (Presidente).

## Relatório

Trata-se de Notificação de Lançamento (e-fls. 23/27) lavrada em nome do sujeito passivo acima identificado, decorrente de procedimento de revisão de sua Declaração de Ajuste Anual Retificadora do exercício 2009 (e-fls. 29/34), no qual se apurou: Omissão de Rendimentos Recebidos de Pessoas Físicas – Aluguéis e Outros – no valor de R\$ 23.140,00.

A autoridade fiscal expõe na Complementação da Descrição dos Fatos (e-fls. 25):

De acordo com informações nos sistemas da RFB, consta rendimento de Pensão Alimentícia Judicial em nome da contribuinte, informado por Geraldo Siemon de Oliveira – CPF 052.356.588-76. De acordo com documentação apresentada em atendimento ao Termo de Intimação Fiscal, o rendimento pertence aos filhos FRANZ BIONDI SIEMON e BRENDA BIONDI SIEMON, dependentes da contribuinte.

A contribuinte apresentou Impugnação (e-fls. 03/15), cujas alegações foram resumidas no relatório do acórdão recorrido (e-fls. 109/118):

### PRELIMINAR

Preliminarmente, cumpre esclarecer que a presente notificação de lançamento é insubstancial, ensejando a sua nulidade.

O art. 11 do Decreto n.º 70.235/72, que regula o Processo Administrativo Fiscal Federal, dispõe acerca dos requisitos da notificação de lançamento. No documento de notificação de lançamento, é informada à contribuinte a omissão de rendimentos no valor de R\$ 23.140,00 supostamente informado e declarado na DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias). Neste sentido, houve erro insanável na lavratura da presente notificação de lançamento, por dois motivos: (i) que os valores supostamente omitidos se referem a aluguéis; e (ii) não foi informado ao contribuinte a fonte declarante, ou seja, a correta identificação do sujeito tributário que declarou o repasse de suposto auferimento de renda por meio de aluguel recebido. Como pode o contribuinte defender-se de lançamento realizado em total arranjo aos preceitos legais adotados no país?

Não consta outro bem imóvel na DIRPF da contribuinte a não ser o imóvel situado à Rua José Teixeira, n.º 165, apto. 701, Praia do Canto, Vitória, ES, que por vontade desta e seu ex-cônjuge, e por força de decisão judicial, passou a pertencer aos filhos Franz Biondi Siemon e Brenda Biondi Siemon de forma igual (50% para cada), ficando a Sra. Cibele Esmeralda Biondi Ferreira na condição de usufrutuária do mesmo. Assim, não poderia a contribuinte Sra. Cibele Biondi ter auferido renda de aluguéis, por inexistência de outro bem imóvel, constatando-se erro na lavratura da presente notificação de lançamento. O AFRFB deveria ter indicado qual sujeito (Administradora de Imóveis) declarou o recebimento de valores a título de aluguéis pela contribuinte Sra. Cibele Biondi, para ciência da mesma das informações prestadas e possível manifestação e defesa.

Há, portanto, vício de formalidade que macula *in totum* a presente notificação de lançamento, devendo ser declarada a sua nulidade.

Impende ressaltar que o valor alcançado pelo AFRFB, no montante de R\$ 23.140,00, refere-se a pensão alimentícia judicial, que por erro de declaração ocasionou a presente ação fiscal. Isto está comprovado no extrato de processamento de IRPF extraído do próprio *site* da RFB, onde é informado à contribuinte o valor de R\$ 23.140,00 referente a valores recebidos pelo contribuinte ou por seus dependentes a título de pensão alimentícia. Veja-se que não consta neste documento, emitido pela própria RFB, nenhum valor auferido a título de rendimentos de aluguéis pagos por pessoa física.

### MÉRITO

Da inexistência de omissão de rendimentos

As informações concernentes ao pagamento da pensão alimentícia judicial foram prestadas pelo Sr. Geraldo Siemon de Oliveira (CPF n.º 052.356.588-76), ex-cônjuge da contribuinte Sra. Cibele Esmeralda Biondi Ferreira, em sua própria declaração de IRPF. Desta feita, ao realizar o batimento das informações prestadas nas declarações de IRPF de ambos, o AFRFB verificou divergência, com a inclusão da DIRPF da Sra. Cibele Biondi em malha fina, dando início à ação de verificação fiscal.

Na data de 11/11/2009, a contribuinte retificou a DIRPF, lançando os valores da pensão alimentícia judicial mês a mês, porém sem a devida alocação dos valores a cada um dos dependentes, na proporção de 50% para cada. Embora os depósitos dos valores a título de pensão alimentícia judicial sejam realizados diretamente na conta corrente da contribuinte, estes valores pertencem aos seus filhos e dependentes Franz Biondi Siemon e Brenda Biondi Siemon, por força de decisão judicial; cumpre esclarecer ainda que, à época do recebimento da pensão alimentícia em atraso, os valores estavam isentos de tributação, por não extrapolarem o limite imposto em lei.

Cabe aqui o registro de que a caracterização de omissão de rendimento não pode ficar adstrita à nomenclatura que lhe é impingida. Deve-se buscar a verdade dos fatos, ou seja, observar as reais características da atividade, para enquadrá-la no subitem adequado. O AFRFB partiu tão somente de presunção e não se deu ao trabalho de discernir o erro de declaração e a suposta omissão de rendimentos.

Nesse interim, mister se faz seja retificada a DIRPF exercício 2009, ano calendário 2008 da contribuinte, lançando-se mês a mês e na proporção de 50% para cada dependente, o valor de R\$ 23.140,00 recebidos em conformidade com os extratos bancários em anexo e datas indicadas no próprio termo de audiência de acordo realizado no Poder Judiciário.

#### Da multa de ofício aplicada

No caso em apreço, a multa de ofício foi aplicada à contribuinte no percentual de 75%. O AFRFB enquadrou a penalidade ora impugnada no art. 44, I, §3º, da Lei n.º 9.430/96, alegando que a impugnante omitiu rendimento e deixou de recolher ou pagar tributo.

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF vem decidindo que a aplicação da multa somente é cabível quando o contribuinte tenha procedido com evidente intuito de fraude, conduta que deve ser minuciosamente justificada e comprovada nos autos do processo administrativo fiscal. Cabe ao AFRFB provar que a ação ou omissão do contribuinte foi dolosa, requisito indispensável para a aplicação da referida multa. Este entendimento reiterado foi sumulado pelo Primeiro Conselho de Contribuintes (atual CARF), conforme segue: "Súmula n.º 14: A simples apuração de omissão de receita ou de rendimentos, por si só, não autoriza a qualificação da multa de ofício, sendo necessária a comprovação do evidente intuito de fraude do sujeito passivo."

Portanto, a simples presunção de fraude por parte da autoridade fiscal não é suficiente para a qualificação da multa. Faz-se necessário comprovar com elementos hábeis e idôneos o evidente intuito de fraude. Mera presunção da omissão de rendimentos a partir de depósitos bancários de origem não comprovada não justifica a qualificação da multa de ofício. Cita decisões do CARF.

A multa de ofício qualificada aplicada pela autoridade fiscal é totalmente descabida e injustificada. O AFRFB sequer provou a existência da conduta fraudulenta, apenas justificou de acordo com sua convicção e com o que presenciou na ação fiscal.

Assim, a contribuinte pugna pela não aplicação da multa de ofício, ante a existência de erro na sua declaração de IRPF 2009, inexistindo, portanto, omissão de rendimento.

A Impugnação foi julgada improcedente pela 17<sup>a</sup> Turma da DRJ/SPO em decisão assim ementada:

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA (IRPF)

Ano-calendário: 2008

PRELIMINAR. NULIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA.

Constatado que o procedimento fiscal foi realizado com estrita observância das normas de regência, tendo sido os atos e termos lavrados por servidor competente e respeitado o direito de defesa da contribuinte, não há que se falar em nulidade do lançamento. Preliminar rejeitada.

#### OMISSÃO DE RENDIMENTOS.

Face aos elementos constantes dos autos, deve ser mantida a infração constatada.

#### MULTA DE OFÍCIO. APLICABILIDADE.

A multa de ofício prevista na legislação de regência é de aplicação obrigatória nos casos de exigência de imposto decorrente de lançamento de ofício, não podendo a autoridade lançadora furtar-se à sua aplicação.

Cientificada do acórdão de primeira instância em 03/07/2014 (e-fls. 122, 148), a interessada interpôs Recurso Voluntário em 01/08/2014 (e-fls. 124/136) contendo, em apertada síntese, os mesmos argumentos de sua Impugnação:

- Nulidade do lançamento;
- Inocorrência de omissão de rendimentos;
- Inaplicabilidade da multa qualificada.

### Voto

Conselheira Mônica Renata Ferreira Stoll - Relatora

O Recurso Voluntário é tempestivo e reúne os requisitos de admissibilidade, portanto, dele tomo conhecimento.

No que concerne à arguição de nulidade do lançamento, considerando que a matéria já foi devidamente enfrentada pelo Colegiado a quo, adoto as razões de decidir do acordão de primeira instância (e-fls. 113/115), conforme previsto no art. 57, §3º, Anexo II, do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - RICARF:

Cumpre, inicialmente, transcrever o disposto no Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, que assim estabelece em seus artigos 59 e 60:

*Art. 59. São nulos:*

*I - os atos e termos lavrados por pessoa incompetente;*

*II - os despachos e decisões proferidos por autoridade incompetente ou com preterição do direito de defesa;*

*Art. 60. As irregularidades, incorreções e omissões diferentes das referidas no artigo anterior não importarão em nulidade e serão sanadas quando resultarem em prejuízo para o sujeito passivo, salvo se este lhes houver dado causa, ou quando não influírem na solução do litígio.*

Portanto, segundo o art. 59 do Decreto nº 70.235/72, só é nulo o ato que for lavrado por autoridade incompetente ou com preterição do direito de defesa, sendo que as irregularidades, incorreções e omissões diferentes das referidas neste artigo não importarão em nulidade e serão sanadas quando resultarem em prejuízo para o sujeito passivo.

Tratando-se de notificação de lançamento, cabe também transcrever o artigo 11 do Decreto nº 70.235/1972, que estabelece os requisitos que deve conter obrigatoriamente a notificação de lançamento, assim dispondo:

*11. A notificação de lançamento será expedida pelo órgão que administra o tributo e conterá obrigatoriamente:*

*I - a qualificação do notificado;*

*II - o valor do crédito tributário e o prazo para recolhimento ou impugnação;*

*III - a disposição legal infringida, se for o caso;*

*IV - a assinatura do chefe do órgão expedidor ou de outro servidor autorizado e a indicação de seu cargo ou função e o número de matrícula.*

*Parágrafo único. Prescinde de assinatura a notificação de lançamento emitida por processo eletrônico.*

No caso concreto, verifica-se que, em sede de fiscalização, a contribuinte foi intimada a apresentar comprovantes de todos os rendimentos recebidos por ela e seus dependentes no ano-calendário 2008, bem como documentos referentes a locação de bens (fls. 20/21), ao que atendeu esclarecendo que os valores de pensão alimentícia são destinados a seus filhos por decisão de divórcio consensual e Termo de Audiência referente a alimentos em atraso (fl. 22). Os documentos acostados ao processo, mormente o extrato RFB a que se refere a requerente (fl. 28), as cópias de documentos relativos à ação de divórcio de Geraldo Siemon de Oliveira e de Cibele Esmeralda Biondi Ferreira (fls. 61/83) e as cópias de extratos bancários da interessada (fls. 49/60), demonstram que o valor de R\$ 23.140,00 de que se trata refere-se a pagamento de pensão alimentícia aos dois filhos do casal, Franz Biondi Siemon e Brenda Biondi Siemon, determinado em sentença judicial e depositado na conta bancária da interessada.

Ao constatar, em vista de dados contidos nos sistemas da RFB, que Geraldo Siemon de Oliveira, CPF 052.356.588-76, havia informado rendimento de Pensão Alimentícia Judicial em nome da contribuinte, e que, de acordo com documentação apresentada em atendimento ao Termo de Intimação Fiscal, o rendimento pertence aos filhos FRANZ BIONDI SIEMON e BREND A BIONDI SIEMON, dependentes da contribuinte, a fiscalização lançou a omissão de rendimentos, porém sob o título “*Omissão de Rendimentos Recebidos de Pessoas Físicas – Aluguéis e Outros*”, informados na Dimob ou em outros documentos.

A contribuinte impugnou o lançamento reiterando que os rendimentos referem-se a pensão alimentícia judicial recebida por seus dois filhos, depositados na conta bancária dela.

Desta maneira, constata-se que a contribuinte sabia, desde a fase de fiscalização, que os rendimentos de que se trata referem-se a pensão alimentícia de seus filhos. A descrição do fato gerador na notificação de lançamento permitiu o conhecimento, pela contribuinte, da infração cometida. Assim, o equívoco em que incorreu a fiscalização na descrição do fato gerador não o descharacterizou nem prejudicou a defesa da contribuinte, uma vez que a esta foi dada regular ciência do lançamento, que foi contestado em impugnação recebida e conhecida, na qual a impugnante demonstra pleno conhecimento da infração que lhe foi imputada e dela se defende, apresentando alegações, argumentos e documentos no sentido de tentar elidir a omissão de rendimentos, exercendo amplamente seu direito de defesa.

Destarte, não se vislumbra, no caso em exame, a ocorrência de qualquer das hipóteses de nulidade previstas no art. 59 do Decreto nº 70.235/72, visto que o lançamento foi levado a efeito por autoridade competente e foi dada ciência regular do feito à contribuinte, que exerceu amplamente o seu direito de defesa, conforme impugnação recebida e conhecida.

[...]

Assim, a alegação de cerceamento de defesa não deve prosperar, devendo ser afastada a preliminar de nulidade.

Relativamente à infração em litígio, extrai-se dos autos que o lançamento refere-se à omissão de rendimentos recebidos de pessoa física a título de pensão alimentícia judicial (e-fls. 25).

Impõe-se observar, contudo, que o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 5422, transitada em julgado em 05/11/2022, decidiu por afastar a incidência do imposto de renda sobre valores decorrentes do direito de família percebidos a título de alimentos ou de pensões alimentícias. Assim, tendo em vista o disposto no art. 62, §1º, I, do RICARF, não merece prevalecer a omissão de rendimentos em discussão no presente processo.

Em razão do cancelamento integral do lançamento, torna-se desnecessária a apreciação das alegações referentes à multa aplicada.

Por todo o exposto, voto por rejeitar a preliminar suscitada e, no mérito, dar provimento ao Recurso Voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Mônica Renata Mello Ferreira Stoll